

Dos estudos de gênero aos feminismos: uma trajetória pessoal

CLÁUDIA J. MAIA*

RESUMO: A partir de teóricas do feminismo, o presente texto trata das dimensões teórico-metodológicas e políticas da produção de conhecimento sobre mulheres, um desafio para as(os) pesquisadoras(es), e do uso da categoria gênero, tendo em vista alguns de seus limites e suas características principais: uma construção cultural em oposição ao sexo biológico e sua perspectiva relacional.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo, gênero, sexo, epistemologia feminista.

O título deste texto faz eco em relação ao artigo de Mariza Corrêa “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, publicado pelo *Cadernos Pagu* em 2001 no “dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo”. No artigo, a autora traça o percurso histórico do feminismo no Brasil dos anos setenta à emergência dos estudos de gênero, chamando atenção para a estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras e para a “vocação” política que conecta feminismo e estudos de gênero. Na escritura da autora fica claro que ela se refere ao feminismo enquanto movimento político e não enquanto campo de produção de conhecimento, chamando-me atenção para o afastamento das feministas acadêmicas do termo feminismo para os estudos de gênero, uma vez que gênero aparentemente é um termo neutro, desprovido de conteúdo político maior. A retirada das feministas para a academia foi percebida por muitas como um sinal de despolitização.

Minha trajetória parece ser contrária à descrita. Iniciei meus estudos já no final dos anos 1990, quando muito já se tinha dito e escrito sobre gênero. O termo “gênero” já havia sido construído como uma categoria analítica bastante utilizada nos estudos sobre mulheres. Como tal, era utilizada para expressar as relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente e culturalmente construídas, rejeitando explicitamente as explicações biológicas. Comecei então minha trajetória pelo gênero justamente por causa de duas características principais: por seu caráter de construção cultural em oposição ao sexo biológico (pré-discursivo) e por sua perspectiva relacional. Além disso, esta categoria se apresentava aparentemente neutra. Naquela ocasião o feminismo me soava de forma pejorativa, pois as representações das feministas em que eu havia sido forjada era a de mulheres ressentidas, que queriam inverter a ordem das coisas. Felizmente percebi que estava equivocada. Meu encontro com os estudos

feministas provocou uma revolução não só nas minhas idéias, como também nas práticas sociais e pessoais me colocando numa “encruzilhada”. Por isso meu discurso no texto em questão se apresenta como um desafio.

Tal desafio envolve, entre outras, três dimensões: teórica, metodológica e política, se pensada no interior do campo de pesquisa feminista atual. Essas dimensões não estão separadas, mas, pelo contrário, são completamente imbricadas. O discurso que tentarei produzir aqui será resultado das reflexões que venho conseguindo fazer, a partir do embate vivido com outras formas de produção do conhecimento, de representação do mundo e de uso das categorias. A primeira dimensão do desafio diz respeito às certezas, ou ausência delas, das categorias de análise, do referencial teórico a ser utilizado na produção de conhecimento sobre as mulheres.

Desde a grande retomada dos anos 1970 em que o feminismo despontou no campo político e acadêmico questionando e procurando deslocar regimes de verdades, várias perspectivas teórico-metodológicas foram construídas. Conforme Swain (2000:48) “graças à sua pluralidade e dinamismo” os feminismos,

(...) penetraram as redes discursivas do século XX, desafiando os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações, tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural); suas análises ressaltaram os processos e mecanismos que transformam os corpos em feminino e masculino, interpelados pelas práticas de dominação, de assujeitamento ou de resistência. (...) Interrogaram assim o social e suas instituições, iluminando a incontornável historicidade das relações humanas e dos sistemas de apreensão do mundo.

O desvio de várias feministas para os estudos de gênero, num primeiro momento – como divisão natural dos sexos – significou um rompimento definitivo com a política, proporcionando a este campo seu espaço próprio, uma vez que gênero, nesta perspectiva, aparentemente era um termo desprovido de propósito ideológico imediato (Scott:1992:64). A construção de gênero no final dos anos 1980 como categoria analítica parecia ter resolvido os problemas teórico-metodológicos presentes nos estudos feministas, ao focalizar o sexo ou mulher/mulheres como categorias de análise. Contudo, os feminismos pós-modernos têm apontado as dificuldades e limites de tal categoria em deslocar a forma de pensamento binária e dicotômica de interpretação da realidade, uma vez que gênero continuou pressupondo a universalização do masculino e feminino e o sexo pré-discursivo. Esta forma de perceber o gênero me colocou numa “encruzilhada” justamente no momento em que pensava ter encontrado meu “porto seguro” (mesmo que provisório) em face das possibilidades de uso desta categoria.

Tal “encruzilhada” aponta para a segunda dimensão do desafio: as questões metodológicas na pesquisa feminista. Se devo deixar de lado a perspectiva relacional do gênero – o gênero pré-discursivo, determinado – como ler os documentos sem imprimir um gênero aos personagens (pessoas) neles contidos? Como deixar falarem as mulheres nos documentos de forma que elas sejam *sujeito* e não o *outro*? Que saídas metodológicas as feministas apontam para a produção de conhecimento científico considerado aceitável pela academia preocupada com “objetividade” e “cientificidade”? Na base dessa dimensão do desafio está a linguagem. Como, em meus textos, me desvencilhar da linguagem formal, acadêmica, tediosa, técnica, masculina em que fui esculpida, ou melhor, eu enquanto “cientista” fui esculpida? Conforme Braidotti (2000:80), fomos treinadas para falar na linguagem de homem: “(...) o falso modo universal convertido em fetiche do humanismo ocidental”.

Assim as dimensões do desafio anteriores se entrecruzam com a terceira: como produzir conhecimento sobre as mulheres de maneira a contribuir para identificar e deslocar regimes de verdade, metas-narrativas e fazer uma outra história, uma outra ciência e um mundo sem gêneros ou um mundo em que habitam “tantos gêneros quanto pessoas” (Butler:2003)? Diante destas questões, outras também me interpelam: Afinal, o que é gênero e quais seus limites/problemas? Gênero ainda é uma categoria útil de análise histórica (Scott:1990)? Por que ainda insistir em tal categoria? Para refletir sobre estas e outras questões, reúno aqui algumas teóricas feministas que possibilitam deslocar a forma de pensamento logocêntrica, pois, conforme Braidotti (2000:17), me interessam somente os sistemas de pensamento ou os marcos conceituais que podem ajudar-me a refletir sobre a mudança, a transformação, as transições da vida. Quero propor um projeto criativo, não reativo, emancipado da força opressora do enfoque teórico tradicional. E considero que a teoria feminista é o lugar de passagem do pensamento logocêntrico sedentário ao pensamento nômade criativo.

O CARÁTER CULTURAL DE GÊNERO EM OPOSIÇÃO AO SEXO BIOLÓGICO

Minhas reflexões começarão pelas características de gênero – uma construção cultural em oposição ao sexo biológico e a perspectiva relacional – que me atraiu para o uso de tal categoria. Estas características remetem às duas maneiras diferentes, e, de certa forma contraditórias, em que o gênero tem sido usado, apontadas por Linda Nicholson. O primeiro uso de gênero é para opor ao sexo, ou seja, descrever o que é

socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. Neste sentido, “gênero” e “sexo” são entendidos como algo distinto, o primeiro compreendendo o comportamento – não o corpo – e o segundo a natureza, como se o corpo também não fosse um construto social. O segundo uso de gênero diz respeito a qualquer construção social das distinções entre o masculino e o feminino incluindo as construções que separam o corpo “feminino” de corpos “masculinos” (Nicholson:2000,9). Nesse segundo uso, o corpo é visto através de uma interpretação social, portanto o “sexo” não pode ser independente do “gênero”, ou seja, o gênero, abrange o sexo. Nicholson argumenta que embora este segundo uso de gênero tenha predominado no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive: “o sexo permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história” (Idem:2000,10). Em ambos os usos o corpo continua não problematizado, a-histórico e o sexo pré-discursivo, natural.

Tais concepções derivam da idéia de que os fenômenos biológicos podem explicar algumas diferenças entre homens e mulheres, diferenças usadas de maneira similar em todas as sociedades aceitas pela maioria das feministas da segunda fase. Elas estenderam o “significado do termo para com ele se referir também a muitas das diferenças entre mulheres e homens expostas na personalidade” (id.11). Assim gênero não era visto como substituto para sexo, mas como seu suplemento. “Mais do que isso, não só o ‘gênero’ não era visto como substituto de ‘sexo’, como também ‘sexo’ parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero” (Id.). O sistema sexo/gênero de Gayle Rubin¹ é um exemplo dessa forma de pensar gênero, onde o dado biológico – sexo e corpo – foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Para Nicholson, em tal concepção, o corpo é como um “cabide” da identidade, depositário da personalidade, do caráter e do gênero, que aparece como um meio passivo sobre o qual os significados culturais se inscrevem. A autora rotula esta noção do relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento de “fundacionalismo biológico”, ou seja, a convivência de aspectos culturais com dados biológicos, onde o fator considerado “biológico” não é problematizado².

Para Butler (2003) não há distinção alguma ou oposição entre sexo e gênero, mas há uma descontinuidade entre corpos sexuados e o gênero culturalmente construído:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira (...) Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos

pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...) não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (...) Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino [grifos meus] (Butler, 2003:24).

Ao desconstruir o caráter imutável do sexo, Butler chama atenção para que assim como gênero, o sexo também seja percebido como algo culturalmente construído, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero”. Conforme a autora

(...) não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...) [mas] tem de designar também o aparato mesmo de produção, mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (Id. 25).

Butler desloca completamente a proposição sexo/natureza, gênero/cultura, sublinhando que gênero é também o meio discursivo que estabelece o sexo como pré-discursivo, ou seja, o sexo pré-discursivo é efeito do aparato de construção cultural que chamamos de gênero. A dualidade do sexo num domínio pré-discursivo – natural – “é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (Id.).

Tal perspectiva é compartilhada por Navarro-Swain, para quem o sistema sexo/gênero sulca (cria) identidades e determina a coerência do gênero. A autora salienta que

(...) as representações sociais, veiculadas em imagens e em linguagem, traduzem o gênero em corpos sexuais e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema sexo/gênero: assim, *é o gênero que cria o sexo*. O sexo biológico deixa de ser o significante geral que abriga o binário sexual e passa a ser igualmente signo produzido no próprio seio do agenciamento social. [grifos meus] (Swain, 2000: 69)

Dessa forma, pensar o gênero como oposição ou distinto de sexo não tem eficácia política e teórica, pois isso somente reforça o aspecto binário, forma de concepção da realidade que a perspectiva pós-moderna se propõe deslocar, e a noção permanece no domínio do corpo sexuado passivo, sem uma genealogia.

O CARÁTER RELACIONAL DE GÊNERO

Algumas posições feministas assumem gênero como uma “relação” ou um conjunto de relações e não um atributo individual. Assim outra característica do gênero – que me atraiu inicialmente para seu uso – é sua perspectiva relacional. Conforme Scott, as teóricas feministas preocupadas pelo fato de que os estudos se centravam demasiadamente sobre as mulheres de maneira estreita e separada,

(...) utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo em separado (Scott, 1990:5).

Assim, gênero passou a ser utilizado para “designar as relações sociais entre os sexos (...) [por isso] o gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar ‘construções sociais’” (Id. 7) – segundo uso do termo apontado em Nicholson (2000). A perspectiva relacional do gênero pressupõe “a percepção das relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes como constituinte de toda realidade sócio-cultural” (Maia,2000:3). A partir dos estudos da filósofa Luce Irigaray, Butler desloca esta perspectiva.

Ela destaca que a concepção universal da pessoa na posição feminista humanista, que compreende o gênero como um atributo da pessoa,

(...) é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente construídos, em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa ‘é’ – e a rigor, o que o gênero ‘é’ – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada... (Butler, 2003:29).

Assim o gênero denota “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Id. Ibid.). Para Irigaray (*apud* Butler, 2003:30)³ o feminino não poderia ser teorizado “em termos de uma *relação* determinada entre o masculino e o feminino em qualquer discurso dado (...) Mesmo tomados em sua variedade, os discursos constituem modalidades da linguagem falocêntrica”.

A perspectiva relacional do gênero pressupõe um referente: você é em relação a algo, ou seja, ao referente (sujeito), a um núcleo de identidade fixa. Esta perspectiva acaba por produzir então os homens como *sujeito* e as mulheres como *outro*, e, essa

dicotomia – sujeito/outro – é justamente uma das construções que os feminismos pretendem deslocar. Para Navarro-Swain,

(...) analisar o gênero na representação binária não é suficiente, pois o processo não está interrompido; enquanto que a diferença seria colocada entre mulher e homem no cultural e no biológico, o referente será inevitavelmente o masculino e a cadeia de representações continuará a se desenvolver (2001:93).

Chegamos, neste ponto, à segunda dimensão do desafio na produção de conhecimento sobre as mulheres: os aspectos metodológicos.

A tarefa dos estudos feministas é justamente identificar e deslocar a produção dos aparatos de construção cultural que produzem as diferenças sexuais, as mulheres como *outro*, as identidades fixas e os regimes de verdade, pois, se afirmamos que gênero é construído culturalmente, devemos então nos perguntar qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Ou ainda se tal construção não poderia ser feita de outras maneiras (Butler,2003). Neste sentido, ao ler meus documentos não estarei identificando e procurando compreender *relações de gênero*, mulheres ou homens cumprindo papéis normativos ou não-normativos atribuídos por seu sexo, mas, a produção de sentidos que constrói o masculino e o feminino, os aparatos, discursos, categorias fundacionais – tudo que compõe as variáveis de nossa vida – responsáveis pela construção do sexo, do gênero, que produz pessoas como “homens” ou “mulheres”. O desafio metodológico é fazer uma forma de investigação crítica a qual Foucault chamou de “genealogia”, ou seja, explicar essas categorias fundacionais como efeitos de uma formação específica de poder. A crítica genealógica, como explica Butler, não significa buscar as origens do gênero:

(...) ela investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos [grifos da autora] (...) A genealogia toma como foco o *gênero* e a *análise relacional* por ele sugerida precisamente porque o “feminino” já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de “mulher”, e porque ambos os termos ganham seu significado problemático apenas como termos relacionais [grifos meus]. (Butler, 2003:9)

Para Thereza de Lauretis o local da construção de gênero é a representação. Gênero, para de Lauretis, é tanto uma representação quanto auto-representação, e como tais, produto de várias tecnologias sociais e de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas. Assim a representação de gênero é também sua construção, ou seja, a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua

representação. Paradoxalmente, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução (De Lauretis, 1994:209).

Outra questão da dimensão metodológica – assinalada acima – diz respeito à “objetividade” e à linguagem. Para Dona Haraway, os feminismos têm também como tarefa desmascarar as doutrinas de objetividade, (...) porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corpoficadas’ da verdade (...)” (Haraway, 1995:13). Haraway propõem uma versão feminista de objetividade que é o “conhecimento situado e corporificado”. Assim “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (Id. 21). Essa perspectiva vai ao encontro da “política de localização”, de Rosi Braidotti, na sua tentativa de identificar pontos de saída dos esquemas folocêntricos de pensamento. Um desses pontos diz respeito à linguagem. Contra uma linguagem acadêmica, formal e tediosa, signo de “cientificismo”, Braidotti sugere mesclar deliberadamente o modo teórico com o poético e o lírico. Essa seria também uma das maneiras de deslocamento da linguagem falocêntrica em que formas formadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PENSANDO ALGUMAS SAÍDAS

O termo gênero foi, assim, uma categoria criada pelo feminismo, que passou a ser criticada por seus limites teórico-metodológicos. Enquanto instrumento analítico, gênero vem perdendo cada vez mais seu vigor e a “a força subversiva demonstrada quando denunciava a partilha do mundo em um binário naturalizado” (Swain, 2000:64). Como sublinha Swain (Id.),

(...) Domesticada, esta categoria reafirma o *sex/gender sistem*, agora considerado um universo “relacional”, onde o descritivo toma o lugar da análise dos mecanismos de instituição social. A imposição de papéis “generizados” descreve assim não somente o lugar do feminino, mas igualmente o do masculino; entretanto, a hierarquia e a assimetria desta construção, da prática social que faz do gênero um vetor de poder e violência é esquecida pelo caminho (...).

Voltando à questão que coloquei inicialmente – Gênero ainda é uma categoria útil de análise histórica? –, eu diria que pelo menos em alguns contextos históricos (se não todos), a utilização dessa categoria só serviria para reificar o binário e a dicotomia *sujeito/outro*. Não seria eficiente no sentido de colocar em questão as “evidências”

sociais e biológicas, que permitem a modificação das “representações sociais, criadoras de seres e relações sociais” (Id. 73). Um dos pontos de saída para o uso dessa categoria seria pensar o sujeito nômade de Rosi Braidotti (2000) ou o *eccentric subject* de Thereza de Lauretis (1990), ou seja, ter consciência da condição de assujeitamento e de seu regime de verdade para, de fora, proceder à crítica. Para Braidotti, o sujeito nômade “é capaz de liberar a atividade do pensamento do julgo do dogmatismo falocêntrico e de devolver-lhe sua liberdade, sua vivacidade, sua beleza” (Braidotti, 2000:36).

Para Swain, o “sujeito excêntrico” é o ponto crítico epistemológico “dentro de uma política de localização subjetiva, com plena consciência da ancoragem em um corpo delineado pelo gênero, transformado em sexo”. O sujeito excêntrico permite, nesse sentido, “não apenas a descrição do sistema e seu funcionamento, mas a exposição de seus mecanismos de engendramento, reprodução e instituição no social e no individual, retirando-lhe seu caráter de evidência” (Swain,2000:78). Dessa forma, chego à última etapa do desafio – a dimensão política –, pois ao conhecer alguns mecanismos de produção, torna-se mais fácil desconstruí-los e deslocar seus regimes de verdade. Como sublinha Swain (Id.79), “mudar um regime de verdade não significa apenas mudar de lugar, mas inverter os paradigmas para melhor dissolvê-los”. Acredito que esse é, na verdade, nosso maior desafio.

NOTAS

* Cláudia J. Maia é doutoranda no programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na área de concentração em Estudos Feministas e de Gênero. Prof^a. Adjunta do Departamento de História na Unimontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires/Barcelo/México: Paidós, 2000, 205p.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.
- CORREIA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*. Campinas, Unicamp, n.16, p. 13-30, 2001.
- DE LAURETIS, Thereza. *Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness*. *Studies feminist*. s/l, v.16, n.1, p. 115-150, 1990.

_____. A Tecnologia do gênero. Trad. de Suzana Funck. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadenos Pagu*. Campinas, Unicamp, v.5, p. 7-41, 1995.

MAIA, C.J. “Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha”. Viçosa: 2000, 182f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitários. *Textos de História* – Revista da pós-graduação em História da UnB. Brasília, v.8, n.1/2, p. 47-86, 2000.

_____. Para além do binário: os *queers* e o heterogêneo. *Gênero* – revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero. Niterói, v.2, n.1, p. 87-98, 2001.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos feministas*. Florianópolis, UFSC, v.2, p.9-41, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, p. 5-22, 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-96.